

O trabalho como fenômeno psicossocial

Fábio de Oliveira

Gostaria de abordar nesta apresentação algumas visadas a respeito do trabalho humano que se tornaram possíveis a partir de um movimento de renovação da psicologia do trabalho que inclui seu envolvimento profícuo com alguns campos interdisciplinares de estudos do trabalho (OLIVEIRA, 2014).

Ao fazer isso, pretendo ilustrar como a reflexão sobre situações concretas de trabalho pode oferecer elementos para o debate em torno do que se convencionou chamar de psicossocial.

Em um seminal artigo publicado no final dos anos 1980 – fruto da reflexão sobre uma longa colaboração entre trabalhadores fabris, sindicalistas e pesquisadores –, Yves Schwartz interroga-se: “o trabalho é um lugar adequado para se abordar o problema da subjetividade?” (SCHWARTZ, 2000, p. 35)

A pergunta não é sem razão. Afinal, prossegue o autor, o trabalho na sociedade contemporânea, ainda mais se tomarmos como paradigma o universo fabril, não seria justamente o território do mecânico, do serial e do repetitivo?

Seria, não fosse a constatação de quem se dedica a conhecer o trabalho de perto, como o faz certa psicologia do trabalho, de que é a ação inteligente dos trabalhadores o que permite articular em situações concretas objetivos, meios e fins. Isto é, por mais controladas que sejam as circunstâncias em que a atividade acontece, é o sujeito que trabalha quem opera o “ajuste fino” entre o que lhe é mandado fazer e a realidade que tem diante de si, incluindo a realidade de seu próprio corpo. É justamente nesse hiato entre o trabalho prescrito e o trabalho real que o trabalhador é convocado a agir como sujeito, por mais paradoxal que isso pareça. Assim, para que a produção faça “uso” do trabalhador, na sua redução incompleta a um “recurso”, é preciso que ele próprio faça uso de si mesmo. Segundo Lhuilier (2013):

Esta dualidade do uso de si remete ao encontro de uma história singular e de um contexto social, mas é necessário destacar que esta história não pode ser lida unicamente como adaptação, ou como interiorização, em um processo de sentido único. O sujeito não pode ser compreendido pelo modelo de ‘esponja’ no sentido em que ele não teria mais nada a fazer do que absorver o social. [...] Não se trata de uma adaptação ao estado de coisas existentes, mas sim da construção da capacidade de colocar em questão esta ordem (p. 484).

O agir, que não é mera execução de ordens pelo simples fato de não ser possível equacionar em prescrições o circunstancial e o imprevisível, ocupa o vazio deixado pelas normas formais que regulam o trabalho. Conforme esclarece Silva (2008):

a automatização de um processo de trabalho é sempre parcial; por mais refinados que sejam seus recursos técnicos, sempre há espaço para o imprevisto. Deparando[-se] com essas situações, não previstas pelas normas oficiais, os trabalhadores são obrigados a elaborar uma solução. Assim, recorrer à criação de normas não-prescritas é condição intrínseca para a existência e continuidade da produção. [...] Na prática, as normas informais reconfiguram as formais, de modo a complementar suas lacunas e imperfeições. [...] Reinventar maneiras de realizar uma atividade laboral ocorre tanto em função das características pessoais do indivíduo (ritmo, movimento, porte físico, raciocínio, disciplina) quanto dos imprevistos surgidos em dada tarefa e a cada momento diferente (p. 113).

O vazio das normas apresenta aos sujeitos horizontes desde os quais se impõe a necessidade de fazer escolhas que permitam conciliar os elementos presentes na situação do aqui-agora do trabalho. Contrariamente à imagem legada pela tradição taylorista, não há um único modo de realizar uma tarefa (SILVA, 2008; SCHWARTZ, 2000), e as escolhas sobre como agir envolvem a história singular de cada sujeito, sua experiência, os saberes formais adquiridos e os saberes coletivos informais construídos no convívio contínuo com os meios de trabalho. As pequenas escolhas feitas no dia-a-dia de trabalho configuram verdadeiras “dramáticas do uso si” (SCHWARTZ, 2004) e atualizam na atividade cotidiana debates de valores que são travados em esferas mais amplas da sociedade.

Ao refazerem as normas, os trabalhadores buscam conciliar o prescrito com o real para tornar o trabalho “possível” e, concomitantemente, as decisões envolvidas nesse processo de renormatização procuram dar conta dos debates de valores suscitados pela atividade, os quais envolvem, por exemplo, questões do campo da ética e dilemas entre produtividade e saúde.

Até este ponto, podemos afirmar que a questão do psíquico (ou da subjetividade) na perspectiva sobre o trabalho apresentada anteriormente aparece sob a forma de uma “redescoberta” da experiência operária, obliterada pelas concepções tayloristas (ODDONE; RE; BRIANTE, 1981). O conceito de “uso de si” proposto por Schwartz justifica-se pela necessidade de afirmar que, lá onde só haveria o uso pelos outros, há a “manifestação de um sujeito” (SCHWARTZ, 2014, p. 260).

Ao mesmo tempo, trata-se de um sujeito não solipsista e o modo de apreender o psicossocial, neste caso, opera-se pela escolha de um “objeto” no qual essa separação pareceria forçada: como separar nos debates de valores o que é do sujeito e o que é da sociedade?

O mesmo tipo de escolha de “objeto” pode ser reconhecido no modo como a clínica da atividade de Yves Clot aborda os saberes de ofício, denominados pelo autor como “gênero profissional” (CLOT, 2006), como apresentado a seguir.

Os saberes práticos constituem um elo de ligação entre os conhecimentos técnico-formais (de aspirações universalistas) e as situações concretas e singulares nas quais estes últimos devem ser aplicados. A experiência ensina às pessoas as circunstâncias em que a “teoria” se aplica ou não. “Manhas, macetes, jeitinhos, gambiarras são expressões que denunciam a presença desses modos compartilhados de fazer” (OLIVEIRA, 2014, p. 44).

O conjunto desses saberes – produzidos no cotidiano de trabalho e acumulados por gerações de trabalhadores ao longo da história de um ofício ou de uma profissão – cumpre para o sujeito a função de promover sua inserção em um coletivo e de permitir que faça melhor do que faria sozinho. Lhuillier (2013) sintetiza o entendimento de Clot a respeito da função psicológica do trabalho:

Assim, o trabalho tem uma função social essencial: é uma atividade que liga aos outros e que implica se ajustar a eles para produzir algo útil. Ele tem, também, uma função psicológica essencial, pela qual ele é ‘o operador simbólico indispensável do separar-se de si mesmo, da delimitação de si’ (Clot, 1999 [2006]). Trabalhar é se livrar das preocupações pessoais para se engajar em uma outra história que não a sua própria, para cumprir suas obrigações sociais. É o que permite não se viver como um inútil no mundo (p. 487).

Ora, os trabalhadores apoiam-se nesses saberes herdados e são, ao mesmo tempo, seus autores. Para Clot (2006), o gênero profissional é capaz de desenvolver-se e este processo se dá a partir da inventividade de cada sujeito diante de seu meio de trabalho. Ao colocar em prática o gênero nas circunstâncias peculiares com que se defronta, o trabalhador introduz variações que Clot denomina de *estilo*.

Essas variações podem vir a ser experimentadas por outros trabalhadores e, se passarem por uma espécie de “filtragem social” (que envolve debates de valores), são incorporadas ao gênero profissional.

Vemos, novamente, um “recorte” de “objeto” que liga irreconciliavelmente o psíquico e o social (ou: o individual e o coletivo). Afinal, esses saberes, produzidos pelas contribuições de indivíduos singulares apoiados em uma herança coletiva, constituem, a um só tempo, um recurso individual e social. Como não reconhecer no estilo de um trabalhador a potência do gênero profissional? Ou como não lembrar que na história de um modo peculiar de utilizar um instrumento há a criatividade de um trabalhador que ousou fazer de modo diferente o que seus companheiros de profissão lhe ensinaram quando aprendiz?

Enfim, esses são alguns dos elementos com os quais, em minha compreensão, os estudos interdisciplinares do trabalho podem contribuir para a discussão em torno da noção de “psicossocial”. Outros elementos, que ficam para uma próxima conversa, referem-se ao empenho de Schwartz em integrar o corpo a uma noção “encarnada” de subjetividade (a partir do conceito de *corpo-si*, que certamente convida a resgatar as lições de Merleau-Ponty) e ao papel da materialidade na configuração do que chamamos de psicossocial e que, muitas vezes, é compreendido como descolado do mundo dos objetos e das coisas, materialidade que se impõe de modo especial nas situações de trabalho (MARCUSE, 1998).

Referências

- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LHUILIER, D. Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013.
- MARCUSE, H. Sobre os fundamentos filosóficos do conceito de trabalho da ciência econômica. *Cultura e sociedade*, v. 2, p. 7-50, 1998.
- ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTE, G. *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Éditions Sociales, 1981.
- OLIVEIRA, F. Perspectivas psicossociais para o estudo do cotidiano de trabalho. *Psicologia USP*, v. 25, n. 1, p. 41-50, 2014.
- SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. *Pro-Posições*, v. 11, n. 2, p. 34-50, 2000.
- _____. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004.

_____. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras de Hoje*, v. 49, n. 3, p. 259-274, 2014.

SILVA, C. A. F. A gestão de si na reinvenção das normas: práticas e subjetividade no trabalho. *Saúde e Sociedade*, v. 17, n. 4, p. 111-123, 2008.

